

II Congresso para a Justiça

Maputo, 19/20-11-2014

Painel sobre o subtema “Produção Legislativa”

## ***Desafios para a Justiça: uma visão económica e social***

**Carlos Nuno Castel-Branco<sup>1</sup>**

Este tema pode ser tratado de pontos de vista diferentes. Um deles partiria de uma previsão do futuro económico e social para discutir desafios para a justiça do ponto de vista da lei e do sistema judiciário. Não vou seguir esta abordagem por não ser competente para o fazer e por a achar pouco interessante, embora possa ser cativante para juristas. Outro ponto de vista, mais próximo do que o que vou seguir, coloca o termo justiça num contexto económico e social com dimensão histórica. Portanto, em vez de olhar para desafios para a justiça – que pressupõe uma definição universal, estática, jurídica, objectiva de justiça (isto é, existe uma coisa concreta que chamada justiça, definida pela lei, pelos valores, para todos os efeitos e contextos, e interpretada como o cumprimento da lei igualmente para todos) – vou focar-me na discussão da justiça dos desafios, que retira a justiça a sua universalidade e objectividade e a torna campo e produto de luta social, económica e política com as formas peculiares determinadas pelo contexto histórico concreto em que ocorrem tais lutas. Isto é, para mim, olhar desafios para a justiça do ponto de vista económico e social é o mesmo que olhar para as tensões, contradições, paradoxos, crises, lutas, confrontações, opções e transformações, que formam a vida própria dos sistemas sociais de acumulação.

A minha abordagem começa com uma anotação: queiramos ou não, parte significativa da natureza das lutas económicas, sociais e políticas do presente e do futuro próximo foi moldada pelo nosso passado colonizado historicamente recente. O capitalismo colonial e fascista criou interessantes demarcações na sociedade moçambicana. Estruturou as suas dinâmicas de diferenciação social, ao mesmo tempo que impediu a plena realização das aspirações sociais e económicas de grupos sociais

---

<sup>1</sup> Director de investigação e coordenador do grupo de investigação de economia e desenvolvimento no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), professor associado de industrialização e desenvolvimento económico na Universidade Eduardo Mondlane, membro da Academia de Ciências de Moçambique, investigador associado do Departamento de Estudos de Desenvolvimento do SOAS/Univ. de Londres. [carlos.castelbranco@gmail.com](mailto:carlos.castelbranco@gmail.com).

nacionais dominantes emergentes, e manteve os processos de acumulação destes grupos dependentes do trabalho assalariado e das ligações com o Estado. Por outro lado, submeteu a esmagadora maioria da população a uma existência como reserva de força de trabalho para o capital, cujos custos sociais de reprodução social eram, em grande medida, suportados pelo trabalho familiar não remunerado (por exemplo, a produção familiar de alimentos para autoconsumo). Este processo de diferenciação social e, ao mesmo tempo, de impedimento ao pleno desenvolvimento de classes capitalistas nacionais, que ocorreu em contexto de integração subordinada da economia nacional na economia capitalista global em condições de colonialismo, gerou dinâmicas nacionalistas unitárias – um inimigo comum simultaneamente oprimia trabalhadores e proprietários nacionais – e, também, atenuou o que de outro modo poderia ser classicamente analisado como luta de classes. Estas dinâmicas históricas não só ajudaram a estruturar e focar a luta pela independência nacional e as contradições que nessa luta emergiram – por exemplo, a já clássica narrativa da luta entre as duas linhas que gerou e justificou o Partido Frelimo de 1977 e a chamada violência revolucionária que marcou esse período histórico – como estruturou as aspirações e visões do Moçambique independente e do Moçambique do futuro.

Porque estou a recuar na história para falar de desafios do futuro? A resposta tradicional a esta pergunta é a vaga, normalmente esterilizada, afirmação de que o passado e o futuro estão ligados no presente. Interessa-me, no entanto, ser mais concreto e controverso do que isso. O contexto histórico dá-nos perspectivas diferentes do futuro, em função dos interesses, aspirações, paradoxos e contradições de que fazemos parte. O processo de desenvolvimento capitalista antes e depois da independência nacional foi, naturalmente, prenhe de contradições e gerador de processos e dinâmicas de diferenciação social historicamente específicos, com uma forte ligação orgânica com o Estado. Logo, não chegámos ao presente todos iguais e com iguais interesses e aspirações, nem o Estado herdado e reconstruído foi ou é neutro relativamente a esses processos de diferenciação. Por outro lado, os diferentes grupos e aspirações sociais só existem em contextos históricos específicos e em relação uns com outros – dependem das relações de classe e das contradições de classe de que fazem parte e que são independentes de vontades individuais. Por isso, existe luta e contestação sobre as opções, direcções, percepções e interesses, e nenhuma perspectiva de futuro e da sua justiça é independente destas contradições, contestações e lutas.

Portanto, os nossos desafios não vêm tanto dos chamados recursos naturais, ou de fluxos de montantes de dinheiro, ou da magnitude das taxas de variação de indicadores económicos e sociais, ou das capacidades institucionais do sistema de justiça. Vêm dos paradoxos, das contradições e das lutas acerca das questões a resolver, como resolver, com quem, para quem e quem beneficia e perde no processo. Portanto, os nossos desafios resultam primariamente da combinação entre pressões económicas e sociais objectivas e as aspirações e acções sociais, em conflito, das classes e grupos sociais na nossa sociedade, em torno do processo de produção, apropriação e utilização do excedente e, naturalmente, das prioridades e focos de luta e de desenvolvimento. Logo, o nosso enfoque analítico está situado no estudo do sistema social de acumulação, que define a estrutura dentro da qual a acumulação de capital – isto é, a expansão da produção de mercadorias e do trabalho assalariado, ou da organização e das relações sociais capitalistas de produção – tem lugar. Em minha

opinião, esta é a abordagem que melhor permite enquadrar e tratar da justiça social dos desafios e dos desafios sociais à justiça.

Esta solução levanta uma questão interessante: o sentido de justiça fica intrinsecamente ligado a classes e luta de classes e deixa de ser universal – o que é justo numa perspectiva pode ser injusto noutra, e a justiça para uns casos pode implicar injustiça noutros. Portanto, o valor social “justiça” deixa de ser legal e passa a ser social, o que também pressupõe a possibilidade de justiça ser alcançável apenas fora da lei ou contra a lei – dependendo da natureza de classe da lei e do seu enquadramento histórico.

Em outras palavras, justiça depende da perspectiva de classe e não de um qualquer valor universalmente definido. Será justo ou injusto expropriar camponeses? Será justo ou injusto expropriar o Estado dos recursos públicos? Será justo ou injusto comprometer o futuro de gerações vindouras às ambições, aspirações e contradições dos processos de acumulação actuais? Será justo ou injusto evitar o mercado de acesso a rendas económicas e, em vez disso, seguir um processo opaco mas dirigido de alocação dessas rendas (por exemplo, as ligações com o grande capital internacional ou o acesso aos negócios e fundos do Estado)? Será justo ou injusto lutar, com todos os meios necessários, contra a expansão das mineradoras e do prosavana e gerar alternativas mais amplas de desenvolvimento que sirvam as classes trabalhadoras, a multiplicação das pequenas e médias empresas e a intensificação das ligações produtivas na economia? Não existe forma concreta de responder com certeza e objectividade universal a estas questões, pois elas são de dimensão social gerada em contextos de diferenciação, logo de conflito, social, pelo que qualquer resposta terá sempre a subjectividade de valores e interesses de classe. Estas questões antecedem a lei e a produção legislativa, bem como a discussão sobre a implementação da lei, e não podem ser resolvidas por via legal.

A economia de Moçambique tem estado a crescer a uma média anual superior a 7%, ao longo das últimas décadas. Portanto, não só expande a ritmos substancialmente acima da média da África Sub-Sahariana, mas também expande a um ritmo elevado sustentado num período longo. Mais relevante ainda é o facto de a economia moçambicana se ter transformado numa das três mais atractivas em África para o capital financeiro internacional. Portanto, a expansão da economia gerou uma dinâmica de interesse do capitalismo global e é dependente desse interesse.

Estes dados seriam suficientes para se começar a pensar num “milagre económico capitalista” moçambicano, não fossem quatro outros factores a saber:

- (i) a incapacidade da economia de reduzir pobreza e gerar emprego decente em larga escala,
- (ii) o afunilamento crescente da base produtiva e das oportunidades de emprego, redução da capacidade de substituição de importações e da capacidade de satisfazer necessidades domésticas de consumo dos cidadãos e da máquina produtiva,
- (iii) as taxas de endividamento público, que largamente excedem as taxas de crescimento da economia, o qual é garantido pela expectativa especulativa de fluxos financeiros futuros derivados dos recursos naturais, comprometendo esses fluxos hipotéticos com

despesa pública na construção da capacidade de extrair e exportar tais recursos (em vez de diversificar a base produtiva), e

- (iv) a geração de um sistema financeiro crescentemente especulativo e orientado para o negócio da dívida, mega projectos do complexo mineral-energético e infraestrutura associada, e especulação imobiliária.

Os dois lados da moeda, o milagre e a miragem, fazem parte do mesmo sistema social de acumulação. De facto, é argumentado que a economia política de Moçambique é hoje estruturada em torno do processo de formação das oligarquias financeiras nacionais, com intervenção activa e potente do Estado. Dadas as condições históricas em que este processo ocorre, três dinâmicas interrelacionadas estruturam o sistema de acumulação, nomeadamente:

- (i) a voracidade das classes capitalistas nacionais pelo acesso a capital externo, de que são dependentes, o qual estrutura os padrões de expansão da economia. Os recursos naturais, por exemplo, são o chamariz para esse capital, o que explica a velocidade a que são postos à disposição do grande capital com pouca atenção prestada pelo Estado à gestão social e ambiental dos recursos. A prioridade dada ao desenvolvimento do complexo imobiliário de luxo nas grandes cidades, em particular na Cidade de Maputo, sobre o desenvolvimento urbano sustentado e equilibrado, é outro indicador da voracidade por capital de grande escala. Acesso a capital é muito mais importante para as classes dominantes nacionais do que a natureza desse capital e dos padrões de desenvolvimento que a ele são associados.
- (ii) o desenvolvimento de ligações pecuniárias entre capital nacional e multinacional, o qual é garantido sobretudo por via da porosidade económica (definida como perda social do excedente económico, gerada tanto pela saída de capital – por exemplo, o repatriamento de lucros ou a fuga ilícita de capitais – como pela privatização das rendas sociais – por exemplo, os incentivos fiscais redundantes, as expropriações a privatizações a baixo custo, que são moeda de troca para garantir o acesso, opaco, de elites políticas e económicas nacionais à estrutura acionista, a ligações como fornecedores e aos *boards* das empresas multinacionais, a intermediação na gestão da dívida e da privatização das infraestruturas e outros recursos sociais).
- (iii) a reprodução de um sistema de rentabilidade do capital baseado na expropriação do Estado e submissão da política pública aos interesses do capital financeiro (por exemplo, por via de incentivos fiscais, endividamento acelerado em infraestrutura do complexo mineral energético ou projectos imobiliários de grande custo, e entrega de infraestruturas públicas ao grande capital), e de remuneração da força de trabalho abaixo do custo social da sua reprodução, sendo atribuídas às famílias a responsabilidade pelo emprego, alimentação e segurança social.

Numa certa perspectiva histórica e de classe, este modelo de acumulação é justo, na medida em que permite realizar as aspirações das classes dominantes nacionais. O discurso nacionalista e a retórica anti-imperialista justificam, política e moralmente, este modelo de desenvolvimento. Numa

certa medida, bastante superficial, o modelo representa uma ruptura com o colonialismo pois liberta as classes capitalistas nacionais para um processo de acumulação protegido pelo Estado. Trata-se, em outras palavras, da moçambicanização de uma economia que expande com a incorporação de mais e mais recursos e uma orientação extractiva, dependente de capital externo, em que a porosidade económica joga um papel chave. A ruptura fundamental e a palavra-chave é “moçambicanização”, pois os traços estruturais fundamentais do sistema de acumulação permaneceram semelhantes aos da economia colonial, tanto na sua estrutura produtiva, como nos seus mecanismos de apropriação e geração de excedente, de rentabilidade e de exclusão e de geração simultânea de riqueza e pobreza. (Naturalmente, este modelo de acumulação é injusto para a esmagadora maioria da população e das pequenas e médias empresas, a quem oportunidades são negadas, de quem se espera o excedente para gerar as reservas de trabalho para a expansão capitalista, a quem se retiram os meios de subsistência por via da expropriação da terra, destruição dos mercados, criação de um sistema financeiro especulativo, para quem são destinados serviços públicos em declínio acelerado por causa das prioridades de investimento público e das conseqüentes políticas de austeridade aplicadas à sociedade como um todo).

No entanto, dado o seu contexto histórico peculiar, este sistema de acumulação depende da manutenção da legitimidade do Estado e de equilíbrios sociais complexos na sociedade. Logo, o discurso político e a produção legislativa enfrentam contradições e tensões particularmente interessantes. Por um lado, na óptica e lógica de formação das oligarquias nacionais, é preciso promover e proteger a acumulação privada de capital e os interesses de elites, mantendo vivo e dinâmico o compromisso do e com o capital financeiro internacional, reproduzindo os mecanismos de porosidade e exploração da força de trabalho que servem de base à rentabilidade do capital e às ligações com o capital nacional. Por outro lado, é preciso acomodar aspirações e preocupações de elites locais, dos pequenos e médios empresários e das massas trabalhadoras, tanto no discurso como na legislação, garantindo e outorgando um sentido de unidade e legitimidade social ao Estado e ao sistema social de acumulação a que o Estado está associado.

O governo do Estado moçambicano transformou-se num comité de gestão dos negócios da grande burguesia que, para manter o poder político, tem que dar a aparência de estar preocupada com a desigualdade, a pobreza e a pequena e média empresa. Naturalmente, o Estado é não só um instrumento, mas também um campo de luta de classes. Estes processos complexos refletem-se nas ambiguidades, contradições e ineficácia de muita da legislação e políticas económicas e sociais, geralmente resultando na sua não aplicação. Nos casos em que não hajam contradições, os problemas resolvem-se de acordo com a lei ou, mesmo, sem necessidade de recorrer à lei. Quando as contradições emergem (por exemplo, entre os direitos dos expropriados e a ganância dos expropriadores, entre endividar o Estado para ganhos da elite oligárquica e pagar essa dívida com austeridade social) ganha o mais forte independentemente da lei – são violadas a legislação de terras, a legislação de fiscal e orçamental, etc.

A estrutura destas alianças e contradições é historicamente determinada e, naturalmente, acomoda as heranças dos vários processos híbridos, rapidíssimos e muito intensos de mudança social

e política que tiveram lugar no país nas últimas quatro décadas. Em nenhuma outra área é esta contradição tão marcante como na questão da terra e da agricultura e, mais recentemente, em quase tudo o que diz respeito à sustentabilidade financeira do Estado e dos serviços públicos prestados pelo Estado.

Porque é tão difícil decidir formalmente o que fazer com a agricultura e com a terra em Moçambique, e porque se mantém, formalmente, um sistema de posse de terra e de desenvolvimento agrícola que são tão contraditórios? Talvez a resposta resida, pelo menos parcialmente, nas contradições políticas do modelo de acumulação. Será que as ambiguidades e contradições envolvidas nas políticas e legislação sobre terras e agricultura poderão ser resolvidas sem uma massiva reestruturação da propriedade, dos sistemas de rentabilidade do capital e de remuneração do trabalho, que poderá lançar milhões de pessoas para níveis extremos de pobreza e provocar *tsunamis* sociais?

A palavra “formal/formalmente” foi aqui usada de propósito, pois existe uma diferença entre o formal e o real. O não cumprimento ou violação da lei, por exemplo, pode ser o resultado não de corrupção, desonestidade ou de ignorância da lei, ou incapacidade das instituições de justiça, mas pode resultar destas contradições objectivas entre prioridades, alianças e equilíbrios difíceis de manter – podendo ser a resposta encontrada para resolver problemas a favor de um ou outro grupo social em contextos específicos. Qual é a solução para isto? Em primeiro lugar, é política, dependendo das linhas de força sociais, políticas e económicas na sociedade e nas instituições.

Queria terminar com um ponto – antes do legal existe o social e económico. Quer dizer, a sociedade não é criada pelo legal. O legal é parte das tensões, contradições e motivações da sociedade, das relações sociais e do sistema social de acumulação e, naturalmente, das lutas entre grupos e classe sociais em torno das suas expectativas e aspirações sobre a produção, apropriação e utilização o excedente. A legislação e o sistema de justiça fazem parte deste desta luta – tanto no que diz respeito ao conhecimento científico das dinâmicas sociais e económicas sobre as quais pretendem agir, como no que diz respeito a serem campo de luta e de conflito dos diferentes grupos e classes, que, naturalmente, pretendem exercer influência sobre a forma como o Estado intervêm na estruturação legal da sociedade, o que reprime e o que promove, e quais as regras do jogo.

Obrigado.